



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

Embargante: Telemar Norte Leste S/A

Embargada: Rosimar Martins Teixeira

Relator: Des. Tenório dos Santos

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DO ACÓRDÃO EM RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS. DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Não se admite a denúncia da lide, com fundamento no art. 70, III, do CPC, se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atriaindo-o com exclusividade a terceiro. 2. O julgador, desde que fundamente suficientemente sua decisão, não está obrigado a responder todas as alegações das partes, a ater-se aos fundamentos por elas apresentados nem a rebater um a um todos os argumentos levantados, de tal sorte que a insatisfação quanto ao deslinde da causa não oportuniza a oposição de embargos de declaração, sem que presente alguma das hipóteses do art. 535 do CPC. 3. Não é necessária a menção explícita aos artigos invocados pela parte, mas apenas que a matéria discutida nos autos tenha sido apreciada e decidida, com a manifestação adequada sobre os temas enfrentados no recurso. 4. Aclaratórios Conhecidos para efeito de prequestionamento e Improvidos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0149151-2/02, em que figura como embargante, Telemar Norte Leste S/A, e embargada, Rosimar Martins Teixeira, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, por unanimidade, **CONHECER e NEGAR PROVIMENTO** os embargos aclaratórios, tudo de acordo com o relatório, voto e notas taquigráficas.

Recife, 20/8/10.

Des. Tenório dos Santos

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

Embargante: Telemar Norte Leste S/A

Embargado: Rosimar Martins Teixeira

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Telemar Norte Leste S/A interpôs embargos de declaração em face de acórdão da lavra desta 4ª Câmara Cível, em Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que negou provimento à apelação cível.

Cuida-se na origem de ação de indenização por perdas e danos materiais e morais em que a sentença hostilizada rejeitou as preliminares de ilegitimidade passiva *ad causam* e de denunciação da lide e julgou parcialmente procedente a pretensão autoral, para condenar a Telemar ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A embargante alega contradição no acórdão, que negou provimento ao agravo legal, porquanto a vedação à denunciação à lide disposta no art. 88 do CDC restringe-se à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13, CDC), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14, CDC), hipótese do presente caso.

Insiste estarem presentes os pressupostos necessários para o deferimento da denunciação da lide da empresa Femina Produções Artísticas Ltda., eis ser a única responsável pelos danos causados à autora, ora embargada. Apresenta, ainda, diversos julgados que, segundo ela, corroboram seu entendimento.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

Embargante: Telemar Norte Leste S/A

Embargado: Rosimar Martins Teixeira

Relator: Des. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Telemar Norte Leste S/A interpôs embargos de declaração em face de acórdão da lavra desta 4ª Câmara Cível, em Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que negou provimento à apelação cível.

Cuida-se na origem de ação de indenização por perdas e danos materiais e morais em que a sentença hostilizada rejeitou as preliminares de ilegitimidade passiva *ad causam* e de denunciação da lide e julgou parcialmente procedente a pretensão autoral para condenar a Telemar ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A embargante alega contradição no acórdão, que negou provimento ao agravo legal porquanto a vedação à denunciação à lide disposta no art. 88 do CDC restringe-se à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13, CDC), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14, CDC), hipótese do presente caso.

Insiste estarem presentes os pressupostos necessários para o deferimento da denunciação da lide da empresa Femina Produções Artísticas Ltda., eis ser a única responsável pelos danos causados à autora, ora embargada. Apresenta, ainda, diversos julgados que, segundo ela, corroboram seu entendimento.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

Por último, pede a reforma do acórdão, com aplicação de efeitos infringentes, para acolher a preliminar de denunciação da lide, e pleiteia o explícito pronunciamento deste Tribunal sobre as matérias arguidas, para que reste configurado o prequestionamento.

É o relatório, no essencial.

Recife, 18/5/2010.


Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

Embargante: Telemar Norte Leste S/A

Embargado: Rosimar Marfins Teixeira

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Para melhor compreensão, trago, aqui o teor da Ementa do Acórdão vergastado, *in verbis*:

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO LEGAL. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MORAIS. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DENUNCIAÇÃO À LIDE. REJEITADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DA AGRAVADA NOS CADASTROS DE MAUS PAGADORES. NEGLIGÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO OBEDECENDO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE, DE PLANO, NEGA PROVIMENTO AO APELO, ANTE A SUA MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA, MANTIDA INDISCREPANTEMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A responsabilidade civil da agravante é objetiva, responde pelo fato do serviço independentemente da averiguação de culpa, sendo necessária apenas a comprovação do dano e da relação de causalidade; 2. Em face da vedação do Art. 88, do CDC, não cabe denunciação à lide nas ações que versem sobre relações de consumo; 3. Se houve indevida inscrição do nome da agravada no cadastro de inadimplentes, deve ser ela ressarcida pelos danos morais suportados. 4. No caso em tela, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixados na sentença de primeiro grau, obedece ao princípio da moderação, estando em sintonia com a orientação desse Egrégio Tribunal de Justiça em casos parelhos 5. Na forma que dispõe o Art. 557, do CPC, cabe ao Relator negar seguimento a recurso manifestamente improcedente. É dever do juiz zelar pela efetividade do processo, inclusive antecipando as fases procedimentais, quando possível, reconhecendo e resolvendo, de logo, as questões, pois o processo é instrumento e não o fim da realização do direito".

Com a máxima vênia, inexistente a contradição alegada. O colegiado, ao analisar o Recurso de Agravo, o fez de modo sucinto, mas não quer dizer que é desfundamentado, vez que observou com precisão a aplicabilidade das regras e princípios relativos à defesa do consumidor.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

A tese da recorrente é a de que, por não se tratar de responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), poderia ocorrer a denunciação à lide no caso de prestação de serviço, pela conjugação, que faz, das disposições do art. 88 com o art. 14, ambos do CDC.

Ocorre, porém que a vedação expressa à denunciação da lide contida no art. 88 não é exaustiva, pelo que nada impede que, à luz dos elementos da causa, sob a ótica processual do art. 70, III, do CPC, possa ser afastada a pretensão quando se identifica a sua absoluta desnecessidade, ao deslinde da controvérsia, a introdução de um litisconsorte, cuja relação jurídica é exclusivamente com o réu, e sua participação na demanda já instaurada em nada auxilia a prestação reclamada, ao inverso, tumultua e retarda o curso do processo e seu julgamento.

Ademais, o que pretende a embargante, com a denunciação à lide, com base no art. 70, III, do CPC, da empresa Femina Produções Artísticas Ltda. é comprovar a culpa exclusiva de terceiro para se eximir da responsabilização pelo evento danoso, o que não é admitido.

Nesse sentido, assim se posiciona o Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BANCO. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NO QUAL O CONSUMIDOR É OBRIGADO A ADERIR A SEGURO DE VIDA. **DENUNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA. IMPOSSIBILIDADE.** (...) **4. Não se admite a denunciação da lide, com fundamento no art. 70, III, do CPC, se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro.**

5. Recurso especial não conhecido. (REsp 1.141.006/SP, Rel. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 06/10/2009, DJ: 19/10/2009).

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE DEVEDORES. CHEQUES ROUBADOS DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ENTREGA DOS TALONÁRIOS.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

DENUNCIAÇÃO DA LIDE. REJEIÇÃO COM BASE NO ART. 88 DO CDC. VEDAÇÃO RESTRITA A RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE (CDC, ART. 13). FATO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO COM BASE NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DESCABIMENTO. ABERTURA DE CONTENCIOSO PARALELO.

I. A vedação à denunciação à lide disposta no art. 88 da Lei n. 8.078/1990 restringe-se à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14).

II. Precedentes do STJ.

III. **Impossibilidade, contudo, da denunciação, por pretender o réu inserir discussão jurídica alheia ao direito da autora, cuja relação contratual é direta e exclusiva com a instituição financeira, contratante da transportadora terceirizada, ressalvado o direito de regresso.**

IV. Recurso especial não conhecido. (REsp 1024791 / SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 09/03/2009)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPRA DE PASSAGEM AÉREA. AGÊNCIA DE TURISMO. CARTÃO DE CRÉDITO. PARCELAMENTO NÃO-EFETIVADO. DANOS MORAIS. **DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ART. 70, III, DO CPC. DESCABIMENTO. ART. 14, § 3º, II, DA LEI N. 8.078/90. SÚMULA N. 7/STJ. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. JUROS MORATÓRIOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO-COMPROVAÇÃO.**

1. Não se admite a denunciação da lide com fundamento no art. 70, III, do CPC se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro. (...) 5. Recurso especial não-conhecido. (REsp 684.238/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 05/05/2008)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO. **1 - Fixa o entendimento pretoriano não comportar denunciação da lide nos casos em que o denunciante intenta eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso atribuindo-a, com exclusividade, a terceiro. Neste caso não há direito de regresso. 2 - Agravo regimental improvido.** (AgRg no Ag 630.919/DF, Rel. MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 15/02/2005, DJ: 14/03/2005)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

Esclareço que a vedação à denunciação à lide disposta no art. 88 do CDC restringe-se, como alegado, à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14). Todavia, mesmo aclarado tal entendimento, não seria o caso de modificação do julgado, pois, como já explicitado, no presente caso não seria admitida a denunciação à lide.

Ora, destaco desde já que não houve a alegada contradição no v. acórdão embargado, que examinou o recurso de forma suficiente, trazendo solução fundamentada para a controvérsia.

O julgador, desde que fundamente suficientemente sua decisão, não está obrigado a responder todas as alegações das partes, a ater-se aos fundamentos por elas apresentados nem a rebater um a um todos os argumentos levantados, de tal sorte que a insatisfação quanto ao deslinde da causa não oportuniza a oposição de embargos de declaração, sem que presente alguma das hipóteses do art. 535 do CPC.

Por fim, afirma a embargante que o presente recurso foi manejado também com o objetivo de cumprir o requisito do prequestionamento, em caso de interposição de recursos junto aos Tribunais Superiores.

Iterativa jurisprudência tem decidido que, mesmo havendo pedido explícito de prequestionamento, não há que se acolher os Embargos Declaratórios, se inexistem os pressupostos à sua existência, quais sejam a obscuridade, contradição ou omissão, ou mesmo erro material.

Eis a orientação pretoriana:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS - MANDADO DE SEGURANÇA - OMISSÕES, OBSCURIDADES OU CONTRADIÇÕES - AUSÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO - INVIABILIDADE - I - **Esta c. Corte já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo**



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0149151-2/02

para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição). (...). Embargos declaratórios rejeitados". (STJ - EDcl no MS 12880/DF - Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 2007/0128361-6 - Rel. Min. Felix Fischer - Órgão Julgador: S3 - Terceira Seção - DJ 18.03.2008).

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. MENÇÃO EXPRESSA DOS DISPOSITIVOS DITOS VIOLADOS. DESNECESSIDADE. 1. **Caracteriza-se o requisito do prequestionamento havendo o Tribunal de origem se pronunciado sobre a questão jurídica, independente de não ter mencionado os dispositivos legais que se pretende violados.** 2. Precedentes desta Corte Especial. 3. Embargos acolhidos. (EREsp 134208/SP, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, CORTE ESPECIAL, julgado em 07.11.2001, DJ 16.09.2002).

Isto posto, não demonstrada a alegada contradição no acórdão embargado capaz de ensejar a inversão do julgamento, **CONHEÇO** dos presentes aclaratórios, para efeito de prequestionamento, porém, **NEGO-LHES PROVIMENTO**.

É como voto.

Recife, 20/5/10.

Tenório dos Santos
Relator